

## **REFORMA FISCAL E CONSTITUINTE**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 11.12.1984

Além das medidas de emergência a serem propostas pela Comissão coordenada por José Serra, o governo poderá definir duas tarefas prioritárias de caráter estrutural: no plano político, a transformação do Congresso de 86 em Constituinte, nos quadros de um pacto social entre trabalhadores e empresários; e no plano econômico, uma reforma tributária que consolide a posição financeira do Estado e lhe permita aumentar o investimento e a despesa social e dessa forma distribuir melhor a renda.

Depois de uma viagem de cinco dias ao Japão, durante os quais fui recebido por 20 grandes japoneses e pelo Ministério das Finanças, duas foram às impressões mais fortes que me ficaram da sociedade e da economia japonesas: uma economia extremamente poderosa, cuja renda por habitante já se aproxima da norte-americana, e uma igualdade extraordinária na distribuição de rendas. As diferenças existem e há ainda os muito ricos e os muito pobres, mas a base da sociedade japonesa é uma grande e afluyente massa de membros das classes médias tecnoburocráticas (trabalhando para as grandes organizações privadas e públicas) e burguesas (trabalhando por conta própria em pequenas e médias empresas).

O Brasil, que realiza hoje a transição para a democracia nos quadros de um capitalismo consolidado, pode ver no capitalismo japonês ou no inglês, ou no escandinavo, ou no austríaco, nos quais também a distribuição de renda é bastante igual uma espécie de modelo. É claro que as diferenças culturais desses países são muito grandes em relação ao Brasil, e não há neles um desemprego estrutural, que torna qualquer política social mais difícil.

Nesses países, entretanto, foi possível caminhar em direção a uma distribuição de renda muito mais justa graças principalmente ao aumento da carga tributária que financiou os

benefícios do Estado do Bem-Estar, ou seja, que permitiu a concessão aos trabalhadores e às classes médias de salários indiretos representados por seguro desemprego e por serviços sociais de educação, saúde, transporte, habitação, esportes, cultura e lazer, de boa qualidade, a baixo preço ou gratuitos.

No Brasil, no plano econômico, o Governo Tancredo Neves só poderá distinguir-se com clareza do atual na medida em que, logo nos primeiros dias do governo, quando gozar ainda do apoio de toda a sociedade, proponha uma corajosa reforma tributaria. Nas outras áreas será possível fazer alterações de rota, mas de pouca monta. A própria retomada do crescimento, que é o compromisso fundamental de Tancredo Neves na área econômica, já terá início em 1984. Basta agora consolidar com medidas adequadas essa tendência. Em relação à inflação, não há milagres a serem feitos. Desde que se contenham as pressões sociais, poder-se-á esperar uma inflação moderadamente declinante para 1985.

No plano tributário, entretanto, há muito a fazer. A carga tributaria brasileira é extremamente baixa quando comparada não apenas aos países centrais, mas também com os países asiáticos em desenvolvimento (aliás, onde a distribuição da renda também é mais igual que a brasileira).

Por outro lado, ao contrario de outros países latino-americanos, como a Argentina e o México, temos um sistema tributário bem organizado administrativamente, chefiado por pessoal competente. Ao contrário do que acontece na Argentina e no México, o imposto de renda não é uma mera ficção, é uma realidade que tem crescido sempre. Aprendemos a arrecadar e a fiscalizar, apesar de todos os problemas que temos nestas áreas.

Nestes termos, uma reforma tributaria, que onere principalmente as altas rendas das pessoas físicas e os rendimentos provenientes de juros, poderá ter um efeito criador de receita para o Estado e distribuidor de renda da maior importância. Utilizando os técnicos existentes no próprio governo, mais alguns economistas e juristas especializados em finanças pública existentes nas Universidades, não será difícil transformar a Reforma Tributaria na primeira medida estrutural, de longo prazo, do governo Tancredo Neves.

É claro que haverá interesses contrariados. Por isso, além de poder que é máximo no início do governo será preciso competência técnica, imaginação e coragem. Também estas qualidades certamente não faltarão ao futuro governo Tancredo Neves. (11/12)